

41/12
2 de fev

Em defesa da língua portuguesa

11/5/78

centrar-se em Portugal o foco da terceira (ou quarta, consoante o critério usado) língua universal é um dos raros trunfos com que Portugal pode contar para a definição de uma política internacional assente em premissas realistas



António Maria Pereira

A importância política do português

Oito séculos de história e a saga dos descobrimentos legaram-nos uma herança de valor inestimável: a língua portuguesa, falada por mais de 150 milhões de pessoas — que representam cerca de 8 por cento da população mundial — em sete países distribuídos por três continentes e ensinada em mais de 200 Universidades.

Dois milhões de portugueses, radicados em numerosos países, continuam a manter a nossa língua viva além-fronteiras, contribuindo para a sua importância universal.

Nada se consegue sem esforço: a defesa da língua portuguesa exige uma deliberada e consequente actuação da nossa parte no sentido de a mantermos viva nos cinco países africanos de expressão portuguesa onde (ainda) é falada.

Esse objectivo tem importância não só cultural, mas também, e sobretudo, política.

Como observava recentemente o consagrado José Miguel Júdice, o centrar-se em Portugal o foco da terceira (ou quarta, consoante o critério usado) língua universal é um dos raros trunfos com que Portugal pode contar para a definição de uma política internacional assente em premissas realistas.

Com efeito, a margem de manobra que nos resta para uma actuação política internacional coerente e eficaz é, no condicionamento actual, muito limitada: inseridos num bloco político-militar de que cada vez mais dependemos em termos económicos, e para o qual não há alternativas realistas, as opções que se nos abrem são reduzidas.

Neste contexto, o fortalecimento das relações com as nossas antigas colónias é um domínio privilegiado no qual dispomos de trunfos importantes, superiores ainda, e apesar de tudo, aos dos outros países.

As feridas deixadas pela descolonização estão em cicatrização. Em todos esses Estados africanos continuam a existir portugueses que se adaptaram aos novos tempos e os laços que historicamente se formaram, embora necessariamente diferentes e baseados no respeito mútuo das soberanias, tenderão a permanecer, se soubermos actuar com inteligência e tacto.

No quadro internacional, uma vez assente, em definitivo, a nossa opção europeia e, por isso, afastadas as teses surrealistas do terceiro-mundismo, haverá que reconhecer a existência de uma certa similitude de posições entre Portugal e os países africanos de expressão portuguesa: todos são países importadores de tecnologia e de obras intelectuais; todos têm um grande esforço de promoção cultural e de alfabetização a realizar; todos estão dependentes de auxílio financeiro e tecnológico estrangeiro, embora em níveis diferentes.

Por outro lado, dado o nosso grau de adiantamento, nos domínios tecnológico e cultural, em relação a esses países africanos temos muito a fornecer-lhes, desde tecnologia e livros a produtos manufacturados.

Se a esses factores de aproximação acrescentarmos uma cultura comum, em que a língua portuguesa representa uma poderosa armadilha unificadora, concluiremos que, para além e mais forte que as divergências de figurino político circunstanciais, há uma unidade de interesses em relação à qual a nossa diplomacia dispõe de trunfos de actuação privilegiados. É neste contexto que a



Dois milhões de portugueses, radicados em numerosos países, continuam a manter a nossa língua viva além-fronteiras, contribuindo para a sua importância universal

permanência do português representa uma condição fundamental para a prossecução desta política de aproximação.

2. Como tornar o português uma língua útil aos novos países africanos

Dois razões fundamentais determinam a utilização de uma língua por um povo: a aprendizagem no berço e a necessidade de promoção cultural e tecnológica.

Se um país africano de expressão portuguesa tiver à sua disposição manuais escolares em português, livros de divulgação em português, obras técnicas, científicas e literárias em português — é normal que o português continue a ser a sua primeira língua. Se lhe faltarem esses elementos essenciais à sua promoção educativa e cultural, esse país terá a motivação para adopção do português e, com o tempo, terá tendência para optar por outras línguas mais úteis. Infelizmente é o que está acontecendo em todos os países africanos de expressão portuguesa.

Quatro acontecimentos recentes — dois negativos e dois positivos — ilustram as vicissitudes que o português vai sofrendo através das sete partidas do mundo.

Os acontecimentos negativos foram a su-

balternização do português pelo crioulo em Cabo Verde (e não também, ao que parece, na Guiné-Bissau, como chegou a ser noticiado e foi depois desmentido); e o esforço em curso em Angola pela substituição do português pelo espanhol, através, designadamente, do envio para aquele país de várias centenas de professores cubanos, os quais, através de livros em espanhol, desenvolveram uma actividade cultural que, sem qualquer dúvida, competiria a Portugal, antes de qualquer outro país.

Os acontecimentos positivos foram a consagração, pela primeira vez, do português, como língua de trabalho pelas duas mais importantes organizações culturais internacionais: a UNESCO, na sua recente reunião de Lisboa — que bem se pode qualificar de histórica, na medida em que foi a primeira vez que a Organização se deslocou ao nosso país, ainda por cima a nível intergovernamental —, e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, relativamente a todos os documentos sobre direitos intelectuais destinados aos países em desenvolvimento.

Para bem se compreender a importância destes acontecimentos, convém recordar que estas duas organizações culturais internacionais fazem actualmente um formidável esforço para a promoção cultural e tecnológica dos países do terceiro mundo. Programas para o desenvolvimento destinados a aqueles países estão nelas em curso, envolvendo investimentos de montantes elevadíssimos; uma massa imensa de documentos da maior importância cultural está constantemente a ser por elas editada, em intenção daqueles países. Como bem se compreende, é fundamental que esses textos cheguem aos países africanos de expressão portuguesa, em português, sob pena de a nossa língua ser neles subalternizada em benefício de outras línguas mais dinâmicas.

Por outras palavras, o português tornar-se-á para esses países muito mais útil se os documentos que lhes vão permitir a arrancada cultural e tecnológica a empreender lhes forem fornecidos na nossa língua. Isto só acontecerá quando o português passar a ser língua de trabalho daquelas organizações

3. O que é uma «língua de trabalho»

Antes de prosseguirmos, e para evitar mal-entendidos, convirá precisar o que se entende por «língua de trabalho» de uma grande organização internacional, como a UNESCO e a OMPI.

Há dois conceitos de língua de trabalho: num conceito restrito, são línguas de trabalho as línguas em que todos os documentos emitidos por aquelas organizações e todas as intervenções feitas nas suas reuniões são «obrigatoriamente» traduzidas. Na UNESCO são, actualmente, línguas de trabalho, nesse sentido, o francês, o inglês, o espanhol, o árabe e o russo, e já se anuncia a admissão, na próxima assembleia geral, do chinês.

Num conceito amplo, são línguas de trabalho as línguas em que, relativamente a certos sectores, ou em certas reuniões, os documentos produzidos e circulados são traduzidos.

A promoção de uma língua na UNESCO ou na OMPI representa sempre um processo lento e complicado, em que é necessário vencer muitas resistências — motivadas pelos gastos importantes que envolve para as organizações, pelas reacções de outros países também com aspirações à promoção das respectivas línguas,

(Continua na pág. seguinte)





Em defesa do português

(Continuado da pág. anter.)

etc. — e normalmente passa-se em duas etapas: primeiro, a língua impõe-se como língua de trabalho no segundo sentido; após o que se candidata oficialmente a língua de trabalho do primeiro sentido, de modo a adquirir o estatuto de língua de trabalho obrigatória.

As grandes organizações internacionais têm ainda, além das línguas de trabalho, as «línguas oficiais», entendendo-se por tal as línguas em que as modificações estatutárias e o estatuto jurídico da organização devem ser obrigatoriamente traduzidas.

Mas a promoção de uma língua ao estatuto de língua oficial apresenta, em relação à UNESCO, a seguinte grande vantagem: qualquer delegação tem o direito de pedir que os documentos importantes, incluindo os relatórios por extenso, possam ser nela traduzidos (artigo 58 do Regulamento Interior).

Uma vez mais a nossa língua foi aqui incompreensivelmente marginalizada, na medida em que as línguas oficiais da UNESCO são o inglês, o árabe, o chinês, o espanhol, o francês, o hindi, o italiano e o russo — não também o português (artigo 54,1 do Regulamento Interior).

Essa marginalização só a nós é imputável, na medida em que, até à recente iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, coincidente com a primeira reunião da UNESCO em Portugal, a que adiante aludiremos, nunca ninguém se lembrou de requerer a oficialização do português nessa tão importante organização.

4. Porque se atrasou o português na UNESCO e na OMPI

Por razões que se prendem, por um lado, e antes do 25 de Abril, com o ostracismo internacional de que o nosso país era alvo, e que, depois da Revolução, derivam de a nossa diplomacia e as nossas delegações a reuniões internacionais não terem estado sensibilizadas para o problema e não terem compreendido a sua transcendente importância, o certo é que — salvo, como adiante se verá, relativamente ao direito de autor — partimos para a corrida já muito tarde e depois de percas talvez irreparáveis.

É certo que, aqui e além, certas iniciativas foram empreendidas, mas sempre com carácter pontual e nunca representando uma ofensiva diplomática coordenada. Medeiros Ferreira — que foi quem, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela primeira vez tomou consciência da importância do problema — exprimi-se em português na Assembleia Geral da ONU em 1976, enaltecendo a importância da língua; aquando da visita do director-geral da UNESCO a Portugal, em Agosto de 1977, foi-lhe manifestado o desejo de que a utilização do português pela UNESCO aumentasse no futuro; mas pouco mais foi feito até à recente reunião desta organização em Lisboa.

(Continua no próximo Suplemento)